

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	9
5.3 - Descrição - Controles Internos	16
5.4 - Alterações significativas	17
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	18

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	19
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	37
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	38
10.5 - Políticas contábeis críticas	39
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	41
10.8 - Plano de Negócios	42
10.9 - Outros fatores com influência relevante	43

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro ("Política") e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A Política está em conformidade com as melhores práticas internacionais e alinhadas com os objetivos estratégicos da Companhia, tratando os limites, de forma a mensurar o somatório dos riscos associados à Companhia.

O documento possui validade de dois anos a contar da data da aprovação pelo Conselho de Administração, podendo ser revista em caso de aperfeiçoamentos que assegurem seu objetivo. A última versão da Política foi revisada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 13 de maio de 2016.

A Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro é disponibilizada no website da Companhia, permitindo o amplo acesso ao público.

De modo sumário, a gestão de riscos de mercado financeiro do Grupo Energisa pode ser caracterizada da seguinte forma:

i) Foco;

- Riscos decorrentes do mercado financeiro em geral;

ii) Princípios básicos:

- A gestão de risco é um processo e não um evento isolado, de forma que deve envolver diversas áreas da empresa (jurídica, financeira e de controle de risco);
- A implantação da gestão de riscos deve ser discutida, homologada e revista periodicamente pelo conselho de administração, segundo sugestões da vice-presidência financeira;
- A gestão de riscos requer a difusão da cultura de risco, a busca pelas melhores práticas e a participação contínua do corpo de funcionários;
- A Companhia possui uma assessoria corporativa de gestão de riscos, criada com o objetivo de monitorar os riscos que possam impactar o Grupo Energisa de forma adversa.

iii) Componentes da política de gestão de riscos de mercado financeiro:

- Definição das diversas instâncias de decisão sobre as operações do Grupo Energisa;
- Definição das responsabilidades de cada nível hierárquico, bem como das respectivas alçadas;
- Definição dos limites aceitáveis de risco pelo Grupo Energisa, coerentes com a propensão de seus acionistas a assumi-los e de modo a otimizar a relação risco x retorno, a serem aprovados pelo conselho de administração;
- Implantação do processo de gestão de riscos: mensuração de riscos, política de riscos, atividades de controle, informação, comunicação e monitoramento.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### iv) Processo de gestão:

As principais etapas do processo de gestão dos riscos estão apresentadas a seguir:

- Mensuração de riscos e resultados;
- Análise preliminar da avaliação de alternativas;
- Definição da política;
- Execução, informação e comunicação; e
- Controle.

### b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

#### i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção:

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos de mercado:

- Risco de taxa de juros e de câmbio
- Risco de crédito
- Risco de liquidez.

#### ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*):

A Companhia tem como estratégia de proteção patrimonial o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

#### iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*):

A Companhia utiliza para fins de proteção patrimonial instrumentos de proteção às taxas de juros e variação cambial, ou seja, *swaps*, *swaps* com opções e compra e venda de *forward* em dólares.

#### iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

##### a) Endividamentos

A Companhia buscará o controle dos endividamentos pela sua quantidade, duração média (“duration”), custo, garantias e escolha de credores (observando qualidade e concentração).

Apesar do benefício da dívida numa estrutura de capital, a limitação do montante de endividamento faz-se necessária para evitar uma alavancagem excessiva do projeto/empresa além de reduzir o risco de ultrapassagem dos limitadores financeiros (“covenants”), que existem na maioria dos contratos financeiros existentes. Adicionalmente, a limitação do endividamento visa reduzir o risco de refinanciamento, através da compatibilização com a geração de caixa, evitando percepção negativa por parte do mercado de capitais sobre o risco associado, preservando, assim, a qualidade do crédito.

Outro acompanhamento que será efetuado diz respeito à distribuição do endividamento por credor. A Companhia, na medida do possível e tendo em vista o elevado grau de concentração do mercado brasileiro, estabelecerá limites de endividamento por credor, buscando não concentrar posições (facilitando acesso ao crédito por maior capilaridade), buscando alternativas que

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

ofereçam menor custo, maior duration e menores restrições financeiras e operacionais (“covenants”).

A contratação de qualquer endividamento deverá observar: (i) a aderência ao orçamento aprovado, (ii) o regimento interno da diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações, (iii) as aprovações específicas do Conselho de Administração, quando necessário, já refletindo as condições principais dos contratos a serem firmados, e (iv) as aprovações de órgãos reguladores, quando necessário na vinculação de garantias da concessão.

A gestão dos Endividamentos deverá buscar o enquadramento aos seguintes limites:

Limite de Alavancagem:

O limite de alavancagem será definido pelo indicador Dívida Total Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (“Limite de Endividamento Líquido”). Nos casos de aquisições de ativos/empresas, ou mesmo a descontinuidade de ativos/empresas, deverá ser perseguida a construção de Dívidas e EBITDAs pró-forma, para visualizar uma relação mais justa para essa apuração;

Limite de Endividamento Líquido Consolidado: 1,5 -3,0x, permitindo ultrapassar este limite em momentos específicos de aquisição de ativos ou realização de investimentos mais expressivos, que serão precedidos de aprovação do Conselho de Administração, procurando neste caso, um período de cura de até 36 meses.

Adicionalmente, a Companhia deverá observar limites mínimos de rating corporativo equivalente a BB- (Fitch e/ou S&P) e Ba3 (Moody’s) em escala global e AA- (Fitch e/ou S&P) e Aa3 (Moody’s) em escala nacional, ou o equivalente a um notch abaixo do rating soberano Brasil, o que for menor;

Os limites acima apresentados deverão sempre observar os covenants firmados nos contratos de financiamento e emissões de dívidas nos mercados local e externo;

A Vice Presidência Financeira deverá observar o limite de alavancagem da Companhia, de forma a não distanciá-la da alavancagem regulatória e dos compromissos firmados com o Regulador.

Prazo Médio Mínimo Perseguido (Duration)

- Buscar preservar um prazo médio da dívida líquida superior a 4 (quatro) anos, o que dependerá, naturalmente, das condições de mercado para as novas emissões. Operações caracterizadas como empréstimo- ponte poderão ser contratadas visando uma colocação futura em melhores termos, obedecendo os limites de alavancagem.

Limite de Concentração em Credores

Buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Banco do Nordeste, Eletrobrás e BNDES, visando a prática de custo médio do capital de terceiros e “duration” mais adequados às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica;

Bancos de fomento operam, em condições normais de mercado, com limites máximos de exposição equivalentes a 30% do Ativo Total das empresas e/ou grupos econômicos financiados, para níveis de rating equivalentes ao da Companhia, o que será perseguido, observando o Limite de Alavancagem;

Os financiamentos contratados com a Eletrobrás dependem da existência de recursos dedicados ao financiamento a empresas privadas, depois de atendidas as demandas dos programas de universalização e baixa renda, porém são menos constantes e devem refletir uma oportunidade de alavancagem a custos mais atrativos (mesmo que reflitam um Prazo Médio menor);

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia deverá privilegiar operações de mercado de capitais, em detrimento a financiamentos diretos contratados com bancos comerciais. A Companhia deverá perseguir a maior pulverização de suas dívidas (evitando concentração de exposição). Deverão ser privilegiadas operações sem garantias (“clean”), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia. A cessão de recebíveis em garantia poderá ser utilizada como instrumento de barateamento do custo do financiamento ou mesmo sua viabilidade em momentos de crédito escasso e caro. A menos que tenha condições realmente diferenciadas ou mesmo uma exigência do credor para estas operações com instituições financeiras de fomento, deve-se buscar a menor exposição possível, mantendo, a todo tempo, pelo menos 30% dos recebíveis desonerados;

Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando a independência operacional e financeira das empresas;

Em substituição às garantias prestadas por terceiros, a Companhia poderá prestar garantias às operações financeiras de suas coligadas;

É importante a presença da Companhia em todos os mercados de capitais, inclusive internacional, porém limitando a exposição a moedas estrangeiras a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total da dívida onerosa. Eventuais desenquadramentos a este limite deverão ser ajustados em até 120 dias, seja pela redução do estoque de dívida em moedas estrangeiras ou pela contratação de instrumentos financeiros derivativos que neutralizem de forma razoavelmente segura dos efeitos de movimentos cambiais adversos. Operações em moeda estrangeira com swap plain vanilla não são consideradas operações com exposição cambial, sendo que deverão buscar hedge account para limitar volatilidade no balanço.

### b) Aplicações Financeiras:

O controle das aplicações financeiras da Companhia busca mitigar o risco de contraparte, ou seja, o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos.

Os limites abaixo tratados deverão ser obedecidos tanto pelos investimentos diretos quanto pelos fundos nos quais a Companhia aplicar, sendo considerados de forma consolidada.

#### Ativos e Grupos Elegíveis

- Serão permitidas aplicações em Títulos Públicos Federais, CDBs, RDBs, Letras Financeiras e em fundos de investimentos (observando a limitação abaixo apresentada). Não será permitida a aplicação em ações resgatáveis, dívida subordinada (exceto nas cotas subordinadas dos FIDCs do próprio Grupo Energisa e nos CDBs/Letras Financeiras subordinados de bancos de primeira linha que possuam rating equivalente a AAA (S&P/Fitch) ou Aaa (Moody's), ou que possuam mesmo rating soberano (Escala Nacional Brasil), observando prazo total limitado a dois anos) e “quasi-equity” (ações preferenciais com dividendos fixos a exemplo do praticado nos EUA). Operações em Títulos Privados de empresas não financeiras (incluindo debêntures, bonds, commercial papers, FIDCs, CCBs, dentre outros), somente serão permitidas de forma indireta, em fundos de investimentos não exclusivos, geridos por agente permitidos pela PGRM;

- A Companhia não poderá adquirir Títulos Privados fora do curso normal dos negócios, salvo: (i) os títulos privados emitidos por instituições financeiras, observado os limites da PGRM; (ii) os títulos privados já adquiridos até esta data que poderão permanecer como um ativo do Grupo Energisa até os seus respectivos vencimentos; (iii) a aplicação em Títulos Privados de companhias controladas, direta ou indiretamente, pela Energisa, observado a regulamentação específica da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e a avaliação da Vice Presidência Regulatória do Grupo Energisa; e (iv) as aplicações em Títulos Privados emitidos por fornecedores e/ou consumidores, exclusivamente na hipótese de refinanciamento, parcelamento, ou qualquer outra modalidade de renegociação de dívida de fornecedores e/ou consumidores com o Grupo Energisa, através da estruturação de títulos de dívidas;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Limite mínimo de Rating para Bancos: classificação equivalente a A+ (Local) ou igual ao rating soberano local, sempre observando a menor classificação existente, quando houver mais de uma cobertura. No caso de bancos estrangeiros que suportem formalmente suas filiais ou controladas brasileiras, poderá ser considerado desde que observando o limite de rating global A- para a matriz;
- Como os fundos normalmente não possuem rating, deverão ser observados: (i) aplicação em gestores com Patrimônio sob gestão superior a R\$ 500 milhões, (ii) que os fundos sejam administrados por instituições financeiras com reconhecida experiência no mercado brasileiro e (iii) que tenhamos acesso à composição da carteira do fundo, visando a avaliação do enquadramento a esta política;
- Deverão ser considerados apenas os ratings expedi dos por S&P, Moody's e Fitch.

### Limite de Aplicações

- Concentração máxima por Banco ou Empresa: até 30% (trinta por cento) do total aplicado pelo Grupo Energisa para o caso de Bancos com o mesmo rating soberano (Escala Nacional Brasil). Até 10% (dez por cento) do total aplicado para o caso de Bancos com rating um notch abaixo do rating soberano, observado o menor rating e ainda 15% (quinze por cento) para títulos de dívidas de Empresas, observados os limites abaixo.
- Limite de Concentração: limite de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da instituição financeira ou empresa (no caso das alocações indiretas através de fundos não exclusivos), considerando a demonstração financeira trimestral mais recente. Para fundos, o limite de concentração deverá ser de 15% (quinze por cento) do Patrimônio do fundo, observado a todo o tempo, exceto em caso de fundos exclusivos constituídos pela própria Companhia. Para bancos de pequeno e médio porte (conforme listagem publicada pelo Banco Central, de acordo com o ativo total da instituição, considerando os 10 primeiros bancos como bancos de grande porte, o 11º a 30º de médio porte e 31º em diante de pequeno porte), cujas operações gerais ou com o Grupo Energisa contem com suporte formal de sua matriz no exterior, o limite poderá ser de até 10% do Patrimônio Líquido local, desde que a matriz possua rating global superior a A- (Global). Alternativamente, caso a operação de CDB ou RDB seja na modalidade de DPGE, poderá ser aplicado até o limite garantido, hoje fixado em R\$20 milhões para o somatório das aplicações nesta modalidade de investimento para cada CNPJ, obedecendo a exposição máxima de 5% em relação ao Patrimônio Líquido do banco e desde que o mesmo possua rating igual ou superior a A-(Local). Deverão ser observados todos os procedimentos de formalização que assegurem a efetividade da garantia pelo Tesouro Nacional para a modalidade de DPGE;
- Aplicações financeiras com prazo de indisponibilidade de liquidez superior a 2 (dois) anos deverão contar com aprovação específica do Conselho de Administração, exceto se em títulos públicos federais;
- Quaisquer outras eventuais concessões a serem estabelecidas precisam ser aprovadas pelo Conselho de Administração.
- As aplicações em fundos deverão observar os seguintes limites adicionais:
  - Fundos Referenciados DI e Fundos de Renda Fixa - observados apenas os limites de concentração, acima apresentados;
  - Fundo Multimercado - até 10% do valor consolidado aplicado pelo Grupo Energisa, limitado a R\$ 150 (cento e cinquenta) milhões, exceto para fundos exclusivos;
  - Fundos de Ações e Fundo Cambial - não deverão ser utilizados, exceto como hedge de alguma posição passiva correspondente;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Fundos de Fundos e Fundos Mistos - observadas as limitações acima, no tratamento dos fundos originários.

### c) Derivativos:

A estruturação de operações de derivativos faz-se importante para a mitigação de riscos de efeitos adversos associados ao mercado financeiro.

Devido a riscos de preços de mercado, liquidez e contraparte, estas operações devem ser acompanhadas diariamente por consultores independentes de risco de caixa e dívida. O Grupo Energisa deverá contratar serviço especializado independente sempre que existirem dívidas em moeda estrangeira ou posições em instrumentos financeiros derivativos e deverá obedecer aos seguintes limites e preceitos:

#### “Notional” das Operações

- Enquanto existirem financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia deverá buscar preferencialmente formas de proteção ou swap cambial para seu endividamento em operações “plain vanilla”. Caso não disponível em custo razoável, o limite mínimo de proteção para operações de “hedge” e/ou “swap” de taxa de câmbio deverá ser de 85% do Notional de Endividamento em moeda estrangeira, limitada a 100% deste endividamento (não é permitida alavancagem);
- A quantidade máxima contratada em operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) deverá obedecer 100% do limite do “Notional” das Aplicações Financeiras e/ou 100% do “Notional” do Endividamento em moeda local (Reais), o que for maior.
- Qualquer operação de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras), cujo valor de mercado represente uma perda imediata ou potencial superior a R\$ 10 (dez) milhões deverá ser submetida ao Comitê de Gestão de Risco para avaliação de liquidação antecipada.
- Adicionalmente, a Companhia poderá transacionar operações envolvendo NDFs - Non Deliverable Forwards - cambiais, visando proteção adicional de balanço ou mesmo a arbitragem em períodos de maior volatilidade, limitado a US\$ 50 (cinquenta) milhões no somatório destas exposições arbitradas.
- A exposição por instituição financeira, medida pelo MtM (Marked-to-Market) passivo da mesma, não poderá ultrapassar o limite de 5% do Patrimônio Líquido da instituição financeira, observadas as demonstrações financeiras publicadas mais recentes. Este limite de exposição deverá ser observado para qualquer operação de derivativo do Grupo Energisa, independente de sua estrutura;
- Operações de NDFs cambiais, cujo valor de mercado represente uma perda superior a 15% do seu valor de aquisição, deverão ser liquidadas antecipadamente em até 5 (cinco) dias úteis, ou submetidas a avaliação do Comitê de Gestão de Risco para um novo direcionamento, observado este prazo.

#### Venda de Opções Cambiais (venda do DIREITO de comprar ou vender)

- A venda de opções de um determinado ativo base devem, necessariamente, estar ligadas a operações de derivativos compradas neste mesmo ativo base;
- Limite máximo da posição: “Notional” da operação comprada do ativo base;
- “Strike” mínimo: 20% acima da curva forward de mercado para o ativo base na data de realização da operação;
- Sempre que o Strike mínimo, observado o período compreendido entre a data da

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

contratação e o vencimento da operação, em decorrência de uma depreciação cambial, for reduzido para níveis inferiores ao forward da operação, deverá ser convocada reunião do Comitê para avaliar a necessidade de adoção de medidas de adequação deste nível de proteção.

Compra de Opções Cambiais (compra do DIREITO de comprar ou de vender)

- A compra de opções cambiais de um determinado ativo base deve estar relacionada à proteção complementar a operações vigentes de derivativos no ativo base;
- No caso de arbitragem, estas operações não devem compreender uma compra de opções com prêmio superior a R\$ 10 (dez) milhões por exercício fiscal, sendo que deverá ser desarmada, em até 5 (cinco) dias úteis, sempre que a perda alcançar 50% do valor da opção comprada, ou submetidas a avaliação do Comitê para um novo direcionamento.

Instrumentos Elegíveis para derivativos financeiros:

- Swaps Vanilla (Câmbio, Juros e Inflação);
- Swaps com caps (Câmbio, Juros e Inflação + Venda de Opções Vanilla);
- Opções Européias (Câmbio);
- Non Deliverable Forwards (NDFs) (Câmbio).

### d) Liquidez (Disponibilidades):

Para garantir a liquidez dos compromissos da Companhia, a vice-presidência financeira deverá manter recursos mínimos em disponibilidades e aplicações financeiras, visando garantir os compromissos de endividamento de curto prazo, depósitos de garantia, chamadas de margem por operações de derivativos, etc.

1) Limite de caixa mínimo equivalente ao maior entre:

- 30 dias de faturamento bruto do exercício anterior; ou
- 50% do EBITDA Ajustado do ano anterior; ou
- Disponibilidades suficientes para que a razão EBITDA / Dívida Onerosa Líquida de Curto Prazo seja maior que 1,25x.

A Companhia, com base na Política podem transacionar operações de câmbio visando a proteção adicional de balanço ou mesmo a arbitragem em períodos de maior volatilidade, limitado ao valor total de US\$50 milhões (somatório de todas as exposições). A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

A estruturação de operações de derivativos pode, também, ser realizada buscando-se adotar posições direcionais para as aplicações: ativo/passivo em taxa pré-fixada, CDI, moedas entre outros.

Adicionalmente, podem ser realizadas operações de derivativos visando a alteração do indexador de determinados contratos de endividamento.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### (vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado:

O processo de gestão de risco de mercado financeiro é de responsabilidade da Vice-Presidência Financeira, a qual deve periodicamente consultar o Comitê de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro (“Comitê”) da controladora indireta Energisa S/A, o qual tem o dever de avaliar operações, processos e procedimentos e de propor as melhores alternativas. Esse comitê poderá propor à Vice-Presidência Financeira operações a serem avaliadas e, eventualmente, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro da controladora indireta Energisa S/A reunir-se-á, pelo menos, trimestralmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias a partir de necessidades específicas. O comitê é composto ao menos pelos seguintes membros:

1. Vice-Presidente Financeiro da controladora indireta Energisa;
2. Diretor de Finanças Corporativas da controladora indireta Energisa;
3. Consultor Externo especializado na gestão de riscos, em especial os de caixa e endividamento

O Comitê deverá, periodicamente, obter assessoria independente de consultores de macroeconomia e de mercado financeiro. O Consultor Externo deverá se encarregar de validar o Relatório Trimestral de Acompanhamento da “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (“Relatório Trimestral de Acompanhamento”), o qual deverá atestar o cumprimento da mesma, os “waivers” eventualmente necessários ou vigentes e a recomendação para adequação, caso necessário. Após validado, este Relatório deverá ser encaminhado aos membros do Comitê de Gestão de Riscos da controladora indireta Energisa .

### c) Adequação da estrutura operacional e controle interno para verificação da efetividade da política adotada:

A Vice Presidência Financeira, através dos relatórios diários recebidos, preparados por consultores independentes, e do Relatório Trimestral de Acompanhamento, gerenciará a exposição de risco do Grupo Energisa, subsidiando assim a tomada de decisão sobre a realização de operações e ações necessárias para a prevenção e mitigação de riscos. Tais ações e operações deverão sempre respeitar os parâmetros definidos nesta política.

A Auditoria Interna manterá supervisão constante quanto ao enquadramento da Companhia na política. O Relatório Trimestral será encaminhado para apreciação do Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração da controladora indireta Energisa S/A.

As contratações das operações financeiras serão realizadas de acordo com os procedimentos internos do Grupo Energisa, que estabeleçam o número mínimo de instituições financeiras a serem cotadas, as alçadas para contratação e as devidas formalizações.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:

#### a) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos de mercado: taxa de juros e de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez.

#### b) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia tem como estratégia de proteção patrimonial o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

#### c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza para fins de proteção patrimonial instrumentos de proteção às taxas de juros e variação cambial, ou seja, *swaps*, *swaps* com opções e compra e venda de *forward* em dólares.

#### d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas, portanto fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no *website* da Companhia, tendo sido a última revisão em 24.02.11) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

De modo sumário, a gestão de riscos de mercado financeiro do Grupo Energisa pode ser caracterizada da seguinte forma:

##### i) Foco:

- Riscos decorrentes do mercado financeiro em geral;

##### ii) Princípios básicos:

- A gestão de risco é um processo e não um evento isolado, de forma que deve envolver diversas áreas da empresa (jurídica, financeira e de controle de risco);
- A implantação da gestão de riscos deve ser discutida, homologada e revista periodicamente pelo Conselho de Administração, segundo sugestões da Vice-Presidência Financeira;
- A gestão de riscos requer a difusão da cultura de risco, a busca pelas melhores práticas e a participação contínua do corpo de funcionários;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

- A Companhia possui uma Assessoria Corporativa de Gestão de Riscos, criada com o objetivo de monitorar os riscos que possam impactar o Grupo Energisa de forma adversa.

iii) Componentes da política de gestão de riscos de mercado financeiro:

- Definição das diversas instâncias de decisão sobre as operações do Grupo Energisa;
- Definição das responsabilidades de cada nível hierárquico, bem como das respectivas alçadas;
- Definição dos limites aceitáveis de risco pelo Grupo Energisa, coerentes com a propensão de seus acionistas a assumi-los e de modo a otimizar a relação risco x retorno, a serem aprovados pelo Conselho de Administração;
- Implantação do processo de gestão de riscos: mensuração de riscos, política de riscos, atividades de controle, informação, comunicação e monitoramento.

iv) Processo de gestão:

As principais etapas do processo de gestão dos riscos estão apresentadas a seguir:

- Mensuração de riscos e resultados;
- Análise preliminar da avaliação de alternativas;
- Definição da política;
- Execução, informação e comunicação;
- Controle.

v) Organização para a gestão de riscos de mercado:

O processo de gestão de risco de mercado financeiro é de responsabilidade da Vice-Presidência Financeira, a qual deve periodicamente consultar o Comitê de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro ("Comitê"), o qual tem o dever de avaliar processos e procedimentos e de propor as melhores alternativas. Esse comitê poderá propor à Vice-Presidência Financeira operações a serem avaliadas e, eventualmente, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro reunir-se-á, pelo menos, trimestralmente, podendo haver reuniões extraordinárias a partir de necessidades específicas. O comitê será composto ao menos pelos seguintes membros:

- Vice-Presidente Financeiro da Energisa;
- Diretor de Finanças Corporativas da Energisa;
- Consultor Externo especializado na gestão de riscos de caixa e dívida.

O Comitê deverá, periodicamente, obter assessoria independente de consultores de macroeconomia. O Consultor Externo deverá se encarregar de validar o Relatório Trimestral de Acompanhamento da "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" ("Relatório Trimestral de Acompanhamento"), o qual deverá atestar o cumprimento da mesma, os "waivers" eventualmente necessários ou vigentes e a recomendação para adequação, caso necessário. Após validado, este Relatório deverá ser encaminhado aos membros do Comitê de Gestão de Riscos.

Caberá à Auditoria Interna revisar os Relatórios emitidos e/ou validados pelo Consultor Externo.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO

Serão detalhadas a seguir as formas de controle sugeridas pela Política, bem como as especificidades consideradas para cada tipo de risco.

1) ENDIVIDAMENTOS: O Grupo buscará o controle dos endividamentos pela sua quantidade, duração média (“duration”), custo e escolha de credores (observando qualidade e concentração).

Apesar do benefício da dívida numa estrutura de capital, a limitação da quantidade de endividamento faz-se necessária para evitar uma alavancagem excessiva da empresa, além de reduzir o risco de ultrapassagem dos limitadores financeiros (“covenants”) que existem na maioria dos financiamentos existentes. Adicionalmente, a limitação do endividamento visa reduzir o risco de refinanciamento, através da compatibilização com a geração de caixa, evitando percepção negativa por parte do mercado de capitais sobre o risco associado, preservando assim, a qualidade do crédito.

Outro acompanhamento que será efetuado diz respeito à distribuição do endividamento por credor. O Grupo Energisa estabelecerá limites de endividamento por credor, buscando não concentrar posições (facilitado acesso ao crédito por maior capilaridade), buscando alternativas que ofereçam menor custo, melhor duration e menores restrições financeiras e operacionais (“covenants”).

A contratação de qualquer endividamento deverá observar: (i) a aderência ao orçamento aprovado, (ii) o regimento interno da diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações, (iii) as aprovações específicas do Conselho de Administração, quando necessário, já refletindo as condições principais dos contratos a serem firmados, e (iv) as aprovações de órgãos reguladores, quando necessárias.

A gestão dos Endividamentos deverá buscar o enquadramento aos seguintes limites:

#### i) Limite de Alavancagem:

- O limite de alavancagem será definido pelo indicador Dívida Total Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (“Limite de Endividamento Líquido”).
- Limite de Endividamento Líquido Consolidado: 1,5-3,0x (permitindo alcançar 3,5x em momentos específicos de aquisição de ativos ou realização de investimentos mais intensos, com período de cura de até 36 meses);
- Adicionalmente, a Energisa deverá observar limites mínimos de rating corporativo equivalente a BB- (Fitch e/ou S&P) e Ba3 (Moody’s) em escala global e A (Fitch e/ou S&P) e A2 (Moody’s) em escala nacional;
- Os limites acima apresentados deverão sempre observar os covenants firmados nos contratos de financiamento e emissões de dívidas nos mercados local e externo.

A Vice Presidência Financeira deverá observar o limite de alavancagem das sociedades distribuidoras de energia elétrica controladas pela Companhia, de forma a não distanciar as da alavancagem regulatória.

#### ii) Prazo Médio Mínimo Perseguido (Duration)

- Buscar preservar o prazo médio da dívida consolidada superior a 5 anos, o que dependerá, naturalmente, das condições de mercado para as novas emissões. Operações caracterizadas como empréstimo-ponte poderão ser contratadas visando uma colocação futura em melhores termos, obedecendo os limites de alavancagem.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****iii) Limite de Concentração em Credores**

- Buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Banco do Nordeste, Eletrobrás e BNDES, visando um custo médio do capital de terceiros e um “duration” mais adequado às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica.
- Bancos de fomento operam, em condições normais de mercado, com limites máximos de exposição equivalentes a 30% do Ativo Total das empresas e/ou grupos econômicos financiados com rating equivalente ao da Companhia, o que iremos perseguir, observando o Limite de Alavancagem.
- Os financiamentos contratados com a Eletrobrás dependem da existência de recursos dedicados para financiamento às empresas privadas, depois de atendidas as demandas dos programas de universalização e baixa renda, porém são menos constantes e devem refletir uma oportunidade de alavancagem a custos mais atrativos (mesmo que reflitam um Prazo Médio menor).
- O Grupo Energisa deverá privilegiar operações de mercado de capitais, de forma que financiamentos diretos contratados com bancos comerciais e de investimentos deverão perseguir a maior pulverização (evitando concentração de exposição) e um limite consolidado máximo de 75% (setenta e cinco por cento) do EBITDA Ajustado consolidado projetado para o exercício em curso ou o realizado do exercício anterior, dos dois o maior. Deverão ser privilegiadas operações sem garantias (“clean”), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia. A cessão de recebíveis em garantia poderá ser utilizada como instrumento de barateamento do custo do financiamento ou mesmo sua viabilidade em momentos de crédito escasso e caro. A menos que tenhamos condições realmente diferenciadas ou mesmo uma exigência do credor para estas operações com instituições financeiras de fomento, deve-se buscar a menor exposição possível, mantendo, a todo tempo, pelo menos 30% dos recebíveis desonerados.
- Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando a independência operacional e financeira das empresas.
- Em substituição às garantias prestadas por terceiros, a Energisa S/A poderá prestar garantias às operações financeiras de suas subsidiárias.
- É importante a presença do Grupo Energisa em todos os mercados de capitais, inclusive internacional, porém limitando a exposição a moedas estrangeiras a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total da dívida onerosa. Eventuais desenquadramentos a este limite deverão ser ajustados em até 120 dias, seja pela redução do estoque de dívida em moedas estrangeiras ou pela contratação de instrumentos financeiros derivativos que protejam de forma razoavelmente segura dos efeitos de movimentos cambiais adversos.

**iv) Limite de Aplicações:**

- Concentração máxima por Banco ou Empresa: até 30% (trinta por cento) do total aplicado pelo Grupo Energisa para o caso de Bancos com rating local entre AA+ e AAA, até 10% (dez por cento) do total aplicado para o caso de Bancos com rating local entre A+ e AA, e ainda 15% (quinze por cento) para títulos de dívidas de Empresas, observados os limites abaixo.
- Limite de Concentração: limite de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da instituição financeira ou empresa, considerando a demonstração financeira trimestral mais recente. Para fundos, o limite de concentração deverá ser de 15% (quinze por cento) do Patrimônio do fundo, observado a todo o tempo, exceto em caso de fundos exclusivos constituídos pela própria Companhia. Para bancos de pequeno e médio porte

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

(conforme listagem publicada pelo Banco Central, de acordo com o ativo total da instituição, considerando os 10 primeiros bancos como bancos de grande porte, o 11º a 30º de médio porte e 31º em diante de pequeno porte), cujas operações gerais ou com o Grupo Energisa contem com suporte ou confort letter de sua matriz no exterior, o limite poderá ser de até 10% do Patrimônio Líquido local, desde que a matriz possua rating superior a A- (Global). Alternativamente, caso a operação de CDB ou RDB seja na modalidade de DPGE, poderá ser aplicado até o limite garantido, hoje fixado em R\$ 20 (vinte) milhões para o somatório das aplicações nesta modalidade de investimento para cada CNPJ, obedecendo a exposição máxima de 5% em relação ao Patrimônio Líquido do banco e desde que o mesmo possua rating igual ou superior a A- (Local). Deverão ser observados todos os procedimentos de formalização que assegurem a efetividade da garantia pelo Tesouro Nacional para a modalidade de DPGE;

- Aplicações financeiras com prazo de indisponibilidade de liquidez superior a 2 (dois) anos deverão contar com aprovação específica do Conselho de Administração;
- Quaisquer outras eventuais concessões a serem estabelecidas precisam ser aprovadas pelo Conselho de Administração.
- As aplicações em fundos deverão observar os seguintes limites adicionais:
  - Fundos Referenciados DI e Fundos de Renda Fixa - observados apenas os limites de concentração, acima apresentados;
  - Fundo Multimercado - até 20% do valor consolidado aplicado pelo Grupo Energisa, limitado a R\$ 300 (trezentos) milhões;
  - Fundos de Ações e Fundo Cambial - não deverão ser utilizados, exceto se na finalidade de hedge de alguma posição passiva correspondente;
  - Fundos de Fundos e Fundos Mistos - deverão observar as limitações acima, no tratamento dos fundos originários.

v) Objetivo de Rentabilidade

- Atingir rendimento próximo ao custo médio do endividamento do Grupo, adequadas as referências de prazo médio e as limitações referentes ao risco das transações, conforma acima descrito.

2) DERIVATIVOS: Devido a riscos de preços de mercado, liquidez e contraparte, estas operações devem ser acompanhadas diariamente por consultores independentes de risco de caixa e dívida. O Grupo Energisa deverá contratar serviço especializado independente sempre que existirem posições em instrumentos financeiros derivativos e deverá obedecer aos seguintes limites e preceitos:

i) “Notional” das Operações

- Enquanto existirem financiamentos em moeda estrangeira, o Grupo Energisa deverá buscar formas de proteção ou swap cambial para seu endividamento. A quantidade mínima para operações de “hedge” e/ou “swap” de taxa de câmbio deverá ser de 85% do Notional de Endividamento em moeda estrangeira, limitada a 100% deste endividamento (não é permitida alavancagem);
- A quantidade máxima contratada em operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) deverá obedecer 100% do limite do “Notional” das Aplicações Financeiras e/ou 100% do “Notional” do Endividamento em moeda local (Reais).
- Adicionalmente, o Grupo Energisa poderá transacionar operações envolvendo NDFs - Non Deliverable Forwards - cambiais, visando proteção adicional de balanço ou mesmo a

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

arbitragem em períodos de maior volatilidade, limitado a US\$ 50 (cinquenta) milhões no somatório destas exposições.

- A exposição por instituição financeira, medida pelo MtM (Marked-to-Market) passivo da mesma, não poderá ultrapassar o limite de 5% do Patrimônio Líquido da instituição financeira, observadas as demonstrações financeiras publicadas mais recentes. Este limite de exposição deverá ser observado para qualquer operação de derivativo do Grupo Energisa, independente de sua estrutura;
- Operações de NDFs cambiais, cujo valor de mercado represente uma perda superior a 15% do seu valor de aquisição, deverão ser liquidadas antecipadamente em até 2 (dois) dias úteis, ou submetidas a avaliação do Comitê de Gestão de Risco para um novo direcionamento, observado este prazo.

ii) Venda de Opções Cambiais (venda do DIREITO de comprar ou vender)

- A venda de opções de um determinado ativo base deve, necessariamente, estar ligadas a operações de derivativos compradas neste mesmo ativo base;
- Limite máximo da posição: “Notional” da operação comprada no ativo base;
- “Strike” mínimo: 20% acima da curva forward de mercado para o ativo base na data de realização da operação;
- Sempre que o Strike mínimo, observado o período compreendido entre a data da contratação e o vencimento da operação, em decorrência de uma depreciação cambial, for reduzido para níveis inferiores a 10%, deverá ser convocada reunião do Comitê para avaliar a necessidade de adoção de medidas de adequação deste nível de proteção.

iii) Compra de Opções Cambiais (compra do DIREITO de comprar ou de vender)

- A compra de opções cambiais de um determinado ativo base deve estar relacionada à proteção complementar a operações vigentes de derivativos no ativo base;
- No caso de arbitragem, estas operações não devem compreender uma compra de opções com prêmio superior a R\$ 10 (dez) milhões por exercício fiscal, sendo que deverá ser desarmada, em até 2 (dois) dias úteis, sempre que a perda alcançar 50% do valor da opção comprada, ou submetidas a avaliação do Comitê para um novo direcionamento.

iv) Instrumentos Elegíveis para derivativos financeiros:

- Swaps Vanilla (Câmbio, Juros e Inflação);
- Swaps com caps (Câmbio, Juros e Inflação + Venda de Opções Vanilla);
- Opções Européias (Câmbio);
- Non Deliverable Forwards (NDFs) (Câmbio).

3) RISCO DE LIQUIDEZ: Para garantir a liquidez dos compromissos do Grupo Energisa, a Vice Presidência Financeira deverá manter recursos mínimos em disponibilidades e aplicações financeiras, visando garantir os compromissos de endividamento de curto prazo, depósitos de garantia, chamadas de margem por operações de derivativos, etc.

i) Limite de Caixa Mínimo equivalente ao maior entre:

- 30 dias de faturamento bruto do exercício anterior; ou
- 50% do EBITDA Ajustado do ano anterior; ou
- Disponibilidades suficientes para que a razão EBITDA / Dívida Onerosa Líquida de Curto Prazo seja maior que 1,25x.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia, bem como suas controladas, com base na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” podem transacionar operações de câmbio visando a proteção adicional de balanço ou mesmo a arbitragem em períodos de maior volatilidade, limitado ao valor total de US\$50 milhões (somatório de todas as exposições). A Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

**e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge). Não obstante, a Companhia celebrou operação de arbitragem em agosto de 2011, pela qual a Companhia comprou um Non Deliverable Forward no valor (notional) de US\$50 milhões e vendeu um Non Deliverable Forward no valor (notional) de US\$50 milhões, ambas com vencimento em 9 de agosto de 2018.

**f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:**

O processo de gestão de risco de mercado financeiro é conduzido pelo Comitê de Gestão de Riscos decorrentes do mercado financeiro (“Comitê de Gestão de Riscos”), que tem o dever de avaliar processos e procedimentos e de propor melhores alternativas. Esse comitê pode propor à Vice-Presidência Financeira operações a serem avaliadas e, eventualmente, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos decorrentes do mercado financeiro se reúne mensalmente, ficando preservada a prerrogativa de reuniões extraordinárias, sendo composto, pelo menos, pelos seguintes membros: o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (na data deste Formulário de Referência, o Sr. Maurício Perez Botelho), o Diretor de Finanças Corporativas (na data deste Formulário de Referência, o Sr. Cláudio Brandão Silveira) e representantes da RiskOffice Consultoria Financeira Ltda., consultor externo da Companhia.

O Consultor Externo se encarrega do envio mensal à Companhia de um relatório de acompanhamento da Política de Gestão de Riscos decorrentes do mercado financeiro, o qual atesta o cumprimento da mesma, os “waivers” vigentes e a recomendação para adequação, caso necessário. Este relatório é enviado aos membros do Comitê de Gestão de Riscos.

Cabe à auditoria interna, ligada à Assessoria Corporativa de Gestão de Riscos da Companhia, a obrigação de validar mensalmente os relatórios emitidos pelo consultor externo.

**g) Adequação da estrutura operacional e controle interno para verificação da efetividade da política adotada:**

A administração da Companhia (“Administração da Companhia”) e a administração das Controladas (“Administração das Controladas”) permanecem atentas aos movimentos de mercado, de forma que as operações relacionadas ao gerenciamento de riscos pela Companhia poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. Esta reestruturação poderá ser feita mediante o aumento dos patamares de proteção ou mesmo utilizando a compra de novas opções de compra (*calls*) e/ou contratos a termo de moeda sem entrega física (dólar futuro), visando a uma proteção adicional. A Administração da Companhia e a Administração das Controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando, assim, menor exposição ao risco.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

**5.3 EM RELAÇÃO AOS CONTROLES ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, INDICAR:**

**a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

**b) as estruturas organizacionais envolvidas**

As unidades de negócio do Grupo Energisa são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento a legislação. A Administração do Grupo Energisa é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

**c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Administração entende que o processo de avaliação dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria, são apropriados nas circunstâncias, de forma que os auditores possam emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras. A avaliação é efetuada com o propósito de identificar possíveis deficiências nos controles internos. Anualmente, os auditores independentes emitem carta destinada à administração com os apontamentos dessas deficiências nos controles internos.

**d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os relatórios e os pareceres dos auditores independentes com relação às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 não apontam quaisquer deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos utilizados pela Companhia para elaboração das suas demonstrações contábeis.

**e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Os diretores entendem que não há deficiências relevantes no relatório circunstanciado do auditor independente sobre os controles internos, mas acreditam que eles são matérias de aprimoramento constantes.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO ADOTADA PELA COMPANHIA EMISSOR EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:**

Não houve alterações significativas nos principais riscos ou na política de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao último exercício social.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.5 OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:**

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10.1 - Comentários sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2015 foi de 2,99. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esses índices foram de 1,75 e 0,42, respectivamente.

A Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.347,9 milhões e dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 eram de R\$ 1.124,4 milhões e R\$ 1.920,7 milhões, respectivamente.

A Companhia apresentou em 2015 um lucro líquido de R\$ 45,2 milhões, contra R\$ 104,8 milhões em 2014. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. A Companhia registrou prejuízo foi de R\$ 382,7 milhões.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014, 2013 e 2012, as gerações de caixa ajustadas (EBITDAs Ajustados) foram de R\$ 366,2, R\$ 408,4 milhões e negativa em R\$ 6,8 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015, a relação “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado”, considerando o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, foi de 3,7 vezes, contra 2,8 vezes no exercício de 2014.

**b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido apresenta conservadores níveis de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 essa relação era de 50,0%, 46,1% e 29,8% respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital se situa em níveis satisfatórios.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.349,6 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 1.347,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.317,1 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 1.124,4 milhões. Já em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido era de R\$ 1.920,7 milhões e a dívida líquida de R\$ 816,9 milhões.

**i) hipóteses de resgate;****ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Os Diretores da Companhia destacam a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 331,8 milhões, contra R\$ 681,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 128,0 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2015, a relação “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado”, considerando o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, foi de 3,7 vezes, contra 2,8 vezes no exercício de 2014.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Vide item f.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Buscamos sempre financiamentos que aperfeiçoem o perfil de endividamento da Companhia através do BNDES, Financiamento Eletrobrás e outras fontes de financiamentos bancários, como Debêntures e Cédulas de Créditos Bancários.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

A Companhia busca o controle do endividamento pela sua quantidade, duração média ("duration"), custo e escolha de credores (observando qualidade e concentração).

### f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

#### Posição em 31 de dezembro de 2015 (Valores em R\$ mil):

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	954.831	774.876
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	20.116	23.342
Encargos de dívidas - moeda nacional	3.795	2.822
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	29	29
(-) Marcação a mercado de dívidas	(299)	-
<b>Total</b>	<b>978.472</b>	<b>801.069</b>
Circulante	113.739	78.321
Não Circulante	864.733	722.748

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (*)	Garantias
	2015	2014					
FIDIC Grupo Energisa IV	354.197	353.870	TR + 8,00% a.a.	out-34	Mensal	9,80%	F
CCB - Fibra	-	7.971	-	-	-	-	-
CCB - JP Morgan	21.085	35.959	CDI + 2,00% a.a.	mai-17	Mensal	15,24%	F
CCB - Santander	32.335	32.270	CDI + 2,30% a.a.	jun-17	Mensal	15,54%	F + A
CCB - Bank of China	30.027	-	CDI + 2,50% a.a.	nov-16	Final	15,74%	A
FINAME - Safra	28	109	TJLP + 3,90 a 6,50% a.a.	abr-16	Mensal	10,90% a 12,50%	-
Luz para Todos I - Eletrobrás	160.391	203.332	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago-22	Trimestral	6,0 a 8,0%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás	144.191	144.187	SELIC	nov-19	Mensal	13,32%	-
Repasse BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	62.855	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	57.964	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	49.710	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	45.843	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>958.626</b>	<b>777.698</b>					
Resolução 4131-Bank of America ML <sup>(1)</sup>	20.145	23.371	Libor + 1,50% a.a.	mai-17	Mensal	48,80%	D
(-) Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	(299)	-	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>19.846</b>	<b>23.371</b>					
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>	<b>978.472</b>	<b>801.069</b>					

A = Aval Energisa S.A., C= Depósito e caução, D=Fiança, F=Recebíveis.

(\*) Inclui variação cambial

(1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 32).
- (3) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$325.030, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora final Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados R\$216.167, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Companhia possui Covenants para os contratos JP Morgan, Bank of America e Santander. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2015	2014
US\$ x R\$	47,01%	13,39%
TJLP	7,00%	5,00%
SELIC	13,32%	10,90%
CDI	13,24%	10,81%
LIBOR	0,29%	0,23%
TR	1,80%	0,86%

Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	145.995
2018	139.449
2019	114.237
2020	60.206
Após 2020	404.846
<b>Total</b>	<b>864.733</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	2015	2014
<b>Saldos iniciais - 2014 e 2013</b>	<b>801.069</b>	<b>957.988</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	315.761	378.246
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	83.493	79.703
Marcação a Mercado das Dívidas	(299)	-
Pagamento de principal	(147.734)	(535.957)
Pagamento de juros	(73.818)	(78.911)
<b>Saldos finais - 2015 e 2014</b>	<b>978.472</b>	<b>801.069</b>
Circulante	113.739	78.321
Não circulante	864.733	722.748

**Debêntures (não conversíveis em ações)**

Principais características das debêntures:

Descrição	2ª Emissão	5ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública
Data de emissão	15/04/2010	15/05/2014
Data de vencimento	15/05/2017	17/05/2021
Garantia	Flutuante	Flutuante
Rendimentos	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 2,28%
TIR (taxa efetiva de juros)	1ª Serie 15,99% a.a - 2ª a 13ª Séries 19,82%	15,52%
Quantidade de títulos	250	45.000
Valor na data de emissão	1.000.000	10.000
Títulos em circulação	250	45000
Carência de Juros	6 meses	6 meses
Data de repactuação	01/08/2012	-
Amortizações/parcelas	Mensal	Mensal após a carência

	2ª Emissão	5ª Emissão	Total
<b>Saldos em 2015 (1)</b>	-	<b>456.240</b>	<b>456.240</b>
Circulante	-	60.630	60.630
Não circulante	-	395.610	395.610
<b>Saldos em 2014 (1)</b>	<b>40.430</b>	<b>453.622</b>	<b>494.052</b>
Circulante	40.430	6.315	46.745
Não circulante	-	447.307	447.307

(1) Inclui R\$2.693 (R\$3.647 em 2014) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Essa garantia é estruturada a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). Em 31 de dezembro de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2015, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	89.572
2018	89.572
2019	89.572
2020	89.572
Após 2020	37.322
<b>Total</b>	<b>395.610</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	2015	2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	494.052	287.777
Novas emissões de debêntures-3º emissão	-	450.000
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	71.133	67.524
Pagamento de principal	(40.190)	(257.072)
Pagamento de juros	(68.755)	(54.177)
<b>Saldos finais - 2015 e 2014</b>	<b>456.240</b>	<b>494.052</b>
Circulante	60.630	46.745
Não circulante	395.610	447.307

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2016	2017	2018 em diante	Total
Debêntures 5ª Emissão	908	404	1.381	2.693
<b>Total</b>	<b>908</b>	<b>404</b>	<b>1.381</b>	<b>2.693</b>

**Financiamento por arrendamento mercantil**

Operações	Total	
	2015	2014
HP - 04365ER14V6	-	27
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>-</b>	<b>27</b>
CESSNA FINANCE (1)	46.744	35.898
<b>Total em moeda Estrangeira</b>	<b>46.744</b>	<b>35.898</b>
<b>Total</b>	<b>46.744</b>	<b>35.925</b>
Circulante	9.471	4.142
Não Circulante	37.273	31.783

(1) Contratos com incidência de Caução no montante de R\$12.000 em 31 de dezembro de 2015 (R\$8.141 em 2014), contabilizado na rubrica Cauções e Depósitos Vinculados.

A Companhia possui aeronave no montante de R\$8.079 (R\$13.531 em 2014), líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, que possui cláusulas de opção de compra, com prazo de duração de 10 anos e taxas de juros conforme abaixo:

**Condições contratuais do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2015:**

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR(Taxa efetiva de juros )
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	USD	6,75%	53,76%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$5.452 (R\$5.452 em 2014), como despesa de depreciação e de R\$3.275 (R\$2.347 em 2014) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$46.744 (R\$35.898 em 2014), será finalizada em 29 de setembro de 2020.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2015 os contratos classificados no não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	9.939
2018	9.939
2019	9.939
2020	7.456
<b>Total</b>	<b>37.273</b>

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	2015	2014
<b>Saldos iniciais - 2014 e 2013</b>	<b>35.925</b>	<b>35.149</b>
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	19.653	6.696
Pagamento de principal	(5.559)	(3.573)
Pagamento de juros	(3.275)	(2.347)
<b>Saldos finais - 2015 e 2014</b>	<b>46.744</b>	<b>35.925</b>
Circulante	9.471	4.142
Não circulante	37.273	31.783

**Posição em 31 de dezembro de 2014 (Valores em R\$ mil):**

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	2014	2013 reapresentado
BASA	-	-	-	-	30.287
BRADESCO	-	-	-	-	189.386
ELETROBRAS - 4º Tranche - ECF 235/2008	-	6.609	30.844	37.453	63.324
ELETROBRAS - IRD - ECF 991/96	4	49	327	380	429
ELETROBRAS - Luz no Campo - ECF 1976/00	-	-	-	-	12.661
ELETROBRAS - 1º Tranche - ECFS 029/2004	-	3.796	2.215	6.011	19.081
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 139/2006	-	7.634	17.177	24.811	52.563
ELETROBRAS - 3º Tranche - ECF 189/2007	-	5.373	20.595	25.968	46.480
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 2600/2006	-	10.297	32.606	42.903	84.972
ELETROBRAS - Reluz - ECF 2673/2008	-	-	-	-	3.254
ELETROBRAS - 5º Tranche - ECF 0276/2009	-	9.182	56.624	65.806	100.353
ELETROBRAS - ECF 3162/2014	-	-	144.187	144.187	-
FIBRA/BTG	64	7.907	-	7.971	19.911
FIBRA	-	-	-	-	4.721
FIDC	2.456	-	351.415	353.871	-
ITAÚ - CCB 100112080005200	-	-	-	-	18.766
ITAÚ - CCB 100112080011100 op. 15906	-	-	-	-	30.264
ITAÚ BBA	-	-	-	-	36.599
JP MORGAN	55	14.857	21.048	35.960	50.830
MERRILL LYNCH	-	-	-	-	20.785
SAFRA	-	80	27	107	187
SANTANDER	270	-	32.000	32.270	34.792
SOCIETE - SG	-	-	-	-	6.484
(-) Custos de captação incorridos na contratação:					
Despesas antecipadas empréstimo Bradesco	-	-	-	-	(2.178)
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.849</b>	<b>65.784</b>	<b>709.065</b>	<b>777.698</b>	<b>823.951</b>
BID - SUBCREDITO A	-	-	-	-	85.319
TESOURO NACIONAL - 1 DMLP-BÔNUS DESCONTO	-	-	-	-	19.424
TESOURO NACIONAL - 2 DMLP-BÔNUS AO PAR	-	-	-	-	28.095
TESOURO NACIONAL - 4 BÔNUS CAPITALIZAÇÃO	-	-	-	-	1.199
MERRILL LYNCH - OP. 22239	29	9.659	13.683	23.371	-

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Total em moeda Estrangeira	29	9.659	13.683	23.371	134.037
Total geral da dívida	2.878	75.443	722.748	801.069	957.988

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para o contrato CCB Fibra/BTG. A Companhia tem waiver aprovado em 31 de agosto de 2014 com validade para até 31 de dezembro de 2014.

**Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:**

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
BASA	08/06/2017	MENSAL	AVAL DENERGE/JORGE/REDE/QMRA	94	CDI	4,91 a 7,44%	15,71 a 18,24%
ELETROBRAS - 4º Tranche - ECF 235/2008	30/08/2020	MENSAL	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - IRD - ECF 991/96	15/08/2022	TRIMESTRAL	Livre de Garantias	313	PRÉ	8,00%	8,00%
ELETROBRAS - Luz no Campo - ECF 1976/00	30/04/2013	MENSAL	Recebíveis	158	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 1º Tranche - ECF 029/2004	30/07/2016	MENSAL	Recebíveis	146	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 139/2006	30/03/2018	MENSAL	Recebíveis	144	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 3º Tranche - ECF 189/2007	30/10/2019	MENSAL	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 2600/2006	28/02/2019	MENSAL	Recebíveis	146	PRÉ	7,00%	7,00%
ELETROBRAS - Reluz - ECF 2673/2008	30/11/2014	MENSAL	Recebíveis	77	PRÉ	6,50%	6,50%
ELETROBRAS - 5º Tranche - ECF 0276/2009	28/02/2022	MENSAL	Recebíveis	143	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - ECF 3162/2014	29/11/2019	MENSAL	Recebíveis	60	SELIC	0,00%	10,90%
FIBRA/BTG	11/08/2015	MENSAL	Cessão Subrogação CCC Proj Comodoro+Aval	60	CDI	4,43%	15,24%
FIBRA	11/01/2017	MENSAL	Cessão Subrogação CCC Proj Comodoro+Aval	77	CDI	4,43%	15,24%
FIDC	01/11/2014	MENSAL	Recebíveis	240	TR	7,00%	7,86%
ITAÚ - CCB 100112080005200	22/05/2017	MENSAL	Livre de Garantias	57	CDI	2,00%	12,81%
ITAÚ - CCB 100112080011100 op. 15906	08/05/2017	MENSAL	Recebíveis	56	CDI	3,90%	14,71%
ITAÚ BBA	22/05/2017	MENSAL	Sub rogação CCC	100	CDI	4,90%	15,71%
JP MORGAN	26/05/2017	MENSAL	Recebíveis	53	CDI	2,00%	12,81%
MERRILL LYNCH	04/05/2017	MENSAL	Livre de Garantias	52	CDI	2,00%	12,81%
SAFRA	15/04/2016	MENSAL	Livre de Garantias	59	URTJLP	3,90 a 6,50%	8,90 a 11,50%
SANTANDER	06/06/2019	MENSAL	Recebíveis + Aval	60	CDI	2,28%	13,09%
SOCIETE - SG	26/05/2017	MENSAL	Livre de Garantias	53	CDI	2,00%	12,81%
TESOURO NACIONAL - 1 DMLP-BÔNUS DESCONTO	15/04/2024	SEMESTRAL	Recebíveis	312	LIBOR	0,81%	1,15%
TESOURO NACIONAL - 2 DMLP-BÔNUS AO PAR	15/04/2024	SEMESTRAL	Recebíveis	312	PRÉ	6,00%	6,00%
MERRILL LYNCH - OP. 22239	04/05/2017	MENSAL	Fiança	32	LIBOR	1,50%	1,84%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2014	2013
US\$ x R\$	13,39%	14,64%
TJLP	5,00%	5,00%
SELIC	10,90%	8,22%
CDI	10,81%	8,06%
TR	0,86%	0,19%
LIBOR	0,16%	0

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	79.094
2017	107.184
2018	91.243
2019	69.376
2020	13.637
Após 2020	362.214
<b>Total</b>	<b>722.748</b>

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013 reapresentado
Saldo em 2013 e 2012	<b>957.988</b>	<b>917.524</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	378.246	21.193
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	79.703	117.261
Pagamento de principal	(535.957)	(38.295)
Pagamento de juros	(78.911)	(59.695)
Saldo em 2014 e 2013	<b>801.069</b>	<b>957.988</b>
<b>Circulante</b>	<b>78.321</b>	<b>450.065</b>
<b>Não circulante</b>	<b>722.748</b>	<b>507.923</b>

**Debêntures (não conversíveis em ações)**

Principais características das debêntures:

	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	15/04/2010	07/04/2011	19/10/2011	15/05/2014
Data de vencimento	15/05/2017	07/04/2016	20/12/2021	17/05/2021
Garantia	Flutuante	Flutuante	Flutuante	Flutuante
Rendimentos	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 3,90%	CDI + 3,75%	CDI + 2,28%
	1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries			
TIR (taxa efetiva de juros)	15,7%	14,70%	14,55%	13,08%
Quantidade de títulos	250	98	1000	45000
Valor na data de emissão	1.000.000	1.000.000	100.000	10.000
Títulos em circulação	250	34	1000	45000
Carência de Juros	6 meses	6 meses	Não há	6 meses
Data de repactuação	01/08/2012	21/08/2012	14/05/2012	-
Amortizações/parcelas	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal após a carência
	<b>250.000.000</b>	<b>98.000.000</b>	<b>100.000.000</b>	<b>450.000.000</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	Total
Saldos em 31/12/2014 (1)	40.430	-	-	453.622	494.052
Circulante	40.430	-	-	6.315	46.745
Não circulante	-	-	-	447.307	447.307
Saldos em 31/12/2013 (1)	172.998	21.663	93.116	-	287.777
Circulante	172.998	7.212	11.564	-	191.774
Não circulante	-	14.451	81.552	-	96.003

(1) Inclui R\$3.647 (R\$3.747 em 2013) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para a 2ª emissão, tendo sido reclassificadas para o circulante. O waiver tem validade para até 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	51.697
2017	89.466
2018	89.647
2019	89.825
2020	90.012
após 2020	36.660
<b>Total</b>	<b>447.307</b>

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013 reapresentado
Saldos em 2013 e 2012	287.777	290.259
Novas emissões de debêntures- 5ª emissão	450.000	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	67.524	37.975
Pagamento de principal	(257.072)	(10.222)
Pagamento de juros	(54.177)	(30.235)
Saldos em 2014 e 2013	494.052	287.777
Circulante	46.745	191.774
Não circulante	447.307	96.003

**Financiamento por arrendamento mercantil**

Operações	Total	
	2014	2013 reapresentado
BRADESCO	-	21
HP - 04365ER14V6	27	79
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>27</b>	<b>100</b>
CESSNA FINANCE (1)	35.898	35.049
<b>Total em moeda Estrangeira</b>	<b>35.898</b>	<b>35.049</b>
<b>Total</b>	<b>35.925</b>	<b>35.149</b>
Circulante	4.142	3.474
Não Circulante	31.783	31.675

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(2) Contratos com incidência de Caução no montante de R\$8.141 em 31 de dezembro de 2014 (R\$7.163 em 2013), contabilizado na rubrica Cauções e Depósitos Vinculados.

A Companhia possui arrendamento mercantil no montante de R\$35.925 (R\$35.149 em 2013) referente a veículos, equipamentos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil com cláusulas de opção de compra, com prazo de duração e taxas de juros conforme abaixo:

**Condições contratuais do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2014:**

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros )
HP - 04365ER14V6	16/04/2015	MENSAL	Aval	36	CDI	0,00%	10,81%
CESSNA FINANCE	29/09/2020	TRIMESTRAL	Depósito Caução	120	PRÉ	6,75%	6,75%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$5.452 (R\$5.452 em 2013), como despesa de depreciação e de R\$2.307 (R\$2.467 em 2013) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos no montante de R\$35.925, será finalizada em 29 de setembro de 2020. Os montantes em moeda nacional montam em R\$27 (R\$100 em 2013) e em moeda estrangeira - R\$35.898 (R\$35.049 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2015	4.142
2016	4.393
2017	4.697
2018	5.022
2019	5.370
2020	12.301
<b>Total</b>	<b>35.925</b>
Circulante	4.142
Não Circulante	31.783

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013 reapresentado
Saldo em 2013 e 2012	35.149	29.954
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	641
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	6.696	7.180
Pagamento de principal	(3.573)	(212)
Pagamento de juros	(2.347)	(2.414)
Saldo em 2014 e 2013	35.925	35.149
Circulante	4.142	3.474
Não circulante	31.783	31.675

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os recursos dos empréstimos da Eletrobrás e do BNDES são liberados de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada investimento. Em dezembro de 2015, existiam os seguintes valores contratados e não liberados para a Energisa Mato Grosso: R\$ 48,7 milhões da Eletrobrás e R\$ 108,9 milhões do BNDES.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.**

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Receita operacional líquida	3.483.404	100,0	2.637.870	100,0	32,1
Custo do serviço de energia elétrica	(3.173.253)	(91,1)	(2.188.260)	(83,0)	45,0
<b>Lucro bruto</b>	<b>310.151</b>	<b>8,9</b>	<b>449.610</b>	<b>17,0</b>	<b>(31,0)</b>
Despesas gerais e administrativas	(105.725)	(3,0)	(180.112)	(6,8)	(41,3)
Outras receitas	8.894	0,3	674	0,0	1.219,6
Outras despesas	(20.444)	(0,6)	(47.362)	(1,8)	(56,8)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>	<b>192.876</b>	<b>5,5</b>	<b>222.810</b>	<b>8,4</b>	<b>(13,4)</b>
Receitas financeiras	232.100	6,7	162.019	6,1	43,3
Despesas financeiras	(355.297)	(10,2)	(420.650)	(15,9)	(15,5)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(123.197)</b>	<b>(3,5)</b>	<b>(258.631)</b>	<b>(9,8)</b>	<b>(52,4)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>69.679</b>	<b>2,0</b>	<b>(35.821)</b>	<b>(1,4)</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(58.510)	(2,2)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(24.433)	(0,7)	199.105	7,5	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>45.246</b>	<b>1,3</b>	<b>104.774</b>	<b>4,0</b>	<b>(56,8)</b>

**Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida foi de R\$ 3.483,4 milhões em 2015, contra R\$ 2.637,9 milhões em 2014, representando um aumento de 32,1%. Este resultado decorre principalmente do crescimento de 1,2% das vendas de energia e dos aumentos tarifários.

**Custo do Serviço de Energia Elétrica**

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 3.173,3 milhões em 2015, contra R\$ 2.188,3 milhões em 2013, representando um aumento de 45,0%, em função, principalmente, dos custos com energia comprada.

**Resultado Bruto**

O resultado bruto consolidado em 2015 apresentou redução de 31,0%, para R\$ 310,2 milhões, em consequência do maior incremento relativo das despesas em relação ao aumento relativo das receitas do serviço.

**Despesas com vendas, gerais e administrativas**

As despesas com vendas apresentaram redução de 41,3%, para R\$ 105,7 milhões, em decorrência principalmente, da reversão de R\$ 56,5 milhões de provisões para contingências e devedores duvidosos em 2015, devido ao cumprimento de acordos, condenações e decisões favoráveis em processos.

**Resultado antes das receitas e despesas financeiras**

O resultado antes das receitas e despesas financeiras totalizou R\$ 192,9 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 222,8 milhões em 2014.

**Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)**

O resultado financeiro em 2015 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 123,2 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 258,6 milhões em 2013.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Lucro Líquido**

O lucro líquido atingiu R\$ 45,2 milhões em 2015, contra R\$ 104,8 milhões registrados no ano anterior. Ressalte-se que o lucro líquido registrado em 2014 está afetado positivamente por créditos tributários constituídos naquele exercício no montante de R\$ 136,4 milhões (R\$ 93,6 milhões no 4T14). No quarto trimestre de 2015 (4T15), o lucro líquido foi de R\$ 15,8 milhões, ante os R\$ 105,7 milhões registrados no mesmo trimestre do ano anterior. Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

**Comparação das contas patrimoniais**

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	192.754	4,1	130.640	3,0	47,5
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	114.848	2,5	527.812	12,0	(78,2)
Consumidores e concessionárias	561.588	12,0	440.277	10,0	27,6
Títulos de créditos a receber	-	-	9.259	0,2	-
Estoques	12.796	0,3	6.170	0,1	107,4
Tributos a recuperar	67.919	1,5	23.578	0,5	188,1
Instrumentos financeiros derivativos	5.351	0,1	-	-	-
Ativo financeiro setorial	191.262	4,1	38.409	0,9	398,0
Outros créditos	220.799	4,7	169.371	3,8	30,4
<b>Total do circulante</b>	<b>1.367.317</b>	<b>29,3</b>	<b>1.345.516</b>	<b>30,6</b>	<b>1,6</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	24.206	0,5	23.150	0,5	4,6
Consumidores e concessionárias	38.781	0,8	57.229	1,3	(32,2)
Títulos de créditos a receber	16.359	0,4	16.359	0,4	-
Tributos a recuperar	46.275	1,0	43.254	1,0	7,0
Créditos tributários	126.281	2,7	151.772	3,4	(16,8)
Cauções e depósitos vinculados	12.000	0,3	8.141	0,2	47,4
Instrumentos financeiros derivativos	2.651	0,1	3.154	0,1	(15,9)
Ativo financeiro setorial	68.316	1,5	151.968	3,5	(55,0)
Contas a receber da concessão	1.074.263	23,0	878.868	20,0	22,2
Depósitos judiciais	3.086	0,1	2.075	0,0	48,7
Outros créditos	39.864	0,9	53.791	1,2	(25,9)
	<b>1.452.082</b>	<b>31,1</b>	<b>1.389.761</b>	<b>31,6</b>	<b>4,5</b>
Investimentos	6.232	0,1	2.850	0,1	118,7
Imobilizado	10.349	0,2	13.780	0,3	(24,9)
Intangível	1.830.771	39,2	1.650.965	37,5	10,9
<b>Total do não circulante</b>	<b>3.299.434</b>	<b>70,7</b>	<b>3.057.356</b>	<b>69,4</b>	<b>7,9</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.666.751</b>	<b>100,0</b>	<b>4.402.872</b>	<b>100,0</b>	<b>6,0</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	428.471	9,2	188.018	4,3	127,9
Encargos de dívidas	3.824	0,1	2.851	0,1	34,1
Empréstimos e financiamentos	109.915	2,4	75.470	1,7	45,6
Debêntures	60.630	1,3	46.745	1,1	29,7
Financiamento por arrendamento mercantil	9.471	0,2	4.142	0,1	128,7
Folha de pagamento	6.503	0,1	7.705	0,2	(15,6)
Tributos e contribuições sociais	144.940	3,1	94.413	2,1	53,5
Dividendos	357	0,0	17.169	0,4	(97,9)
Obrigações estimadas	16.748	0,4	12.793	0,3	30,9
Taxa de iluminação pública arrecadada	19.897	0,4	13.374	0,3	48,8
Benefícios a empregados	569	0,0	1.619	0,0	(64,9)
Encargos setoriais	108.894	2,3	188.092	4,3	(42,1)
Incorporação de redes	71.200	1,5	100.019	2,3	(28,8)
Passivo financeiro setorial	84.754	1,8	11.684	0,3	625,4
Outras contas a pagar	22.452	0,5	17.451	0,4	28,7
<b>Total do circulante</b>	<b>1.088.625</b>	<b>23,3</b>	<b>781.545</b>	<b>17,8</b>	<b>39,3</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	312.125	6,7	351.140	8,0	(11,1)
Empréstimos e financiamentos	864.733	18,5	722.748	16,4	19,6
Debêntures	395.610	8,5	447.307	10,2	(11,6)
Financiamento por arrendamento mercantil	37.273	0,8	31.783	0,7	17,3
Tributos e contribuições sociais	3.288	0,1	2.365	0,1	39,0
Passivo financeiro setorial	24.811	0,5	153.044	3,5	(83,8)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	162.152	3,5	208.980	4,7	(22,4)
Encargos setoriais	219.815	4,7	206.559	4,7	6,4
Incorporação de redes	185.162	4,0	152.577	3,5	21,4
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	259	0,0	-
Benefícios a empregados	7.852	0,2	9.346	0,2	(16,0)
Outros	15.679	0,3	18.123	0,4	(13,5)
<b>Total do não circulante</b>	<b>2.228.500</b>	<b>47,8</b>	<b>2.304.231</b>	<b>52,3</b>	<b>(3,3)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	1.118.910	24,0	1.118.910	25,4	-
Reservas de lucros	100.359	2,2	53.783	1,2	86,6
Outros resultados abrangentes	(3.969)	(0,1)	(6.024)	(0,1)	(34,1)
Ajuste de avaliação patrimonial	134.326	2,9	150.427	3,4	(10,7)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.349.626</b>	<b>28,9</b>	<b>1.317.096</b>	<b>29,9</b>	<b>2,5</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.666.751</b>	<b>100,0</b>	<b>4.402.872</b>	<b>100,0</b>	<b>6,0</b>

**ATIVO****Circulante**

Caixa e Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2015 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 307,6 milhões, contra R\$ 658,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 o que representa uma redução de 53,3%.

Em 01 de janeiro de 2013, o saldo de caixa e aplicações era de R\$ 122,6 milhões.

Clientes, consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica atingiu R\$ 561,6 milhões, o que representa um aumento de 27,6% em comparação com 31 de dezembro de 2014. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 566,5 milhões.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****ATIVO****Não Circulante**

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2015 esses ativos atingiram R\$ 1.074,3 milhões, contra R\$ 878,9 milhões em 2014, o que representa um aumento de 22,2%.

Com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

Créditos tributários: Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica atingiu R\$ 126,3 milhões, contra R\$ 151,8 milhões, o que representa uma redução de 16,8%.

**PASSIVO****Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2015, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 109,9 milhões, contra R\$ 75,4 milhões, o que representa um aumento de 45,6%. Esse aumento decorre de captações de recursos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2015, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 60,6 milhões, contra R\$ 46,7 milhões, o que representa um aumento de 29,7%. A variação no saldo decorre basicamente de emissão de debêntures.

**PASSIVO****Não Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2015, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 864,7 milhões, contra R\$ 722,7 milhões, o que representa um aumento de 19,6%. O aumento no saldo decorre de captação de recursos para fazer frente aos investimentos no setor elétrico.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2015, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 395,6 milhões, contra R\$ 447,3 milhões, o que representa uma redução de 11,6%. A variação no saldo decorre basicamente de recompra de debêntures.

**Patrimônio Líquido**

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2014, a conta Capital Social atingiu R\$ 1.118,9 milhões, contra R\$ 710,2 milhões em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Esse aumento decorre do aumento de capital por subscrição particular de ações.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.****Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida foi de R\$ 2.769,3 milhões em 2014, contra R\$ 2.313,0 milhões em 2013, representando um aumento de 19,7% (R\$ 456,0 milhões). Este resultado decorre principalmente do crescimento de 9,2% das vendas de energia no mercado próprio.

**Custo do Serviço de Energia Elétrica**

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 2.110,6 milhões em 2014, contra R\$ 1.884,8 milhões em 2013, representando um aumento de 12,0% (R\$ 225,8 milhões).

**Resultado Bruto**

O resultado bruto consolidado em 2014 apresentou aumento de 53,8%, para R\$ 658,7 milhões, em consequência do maior incremento relativo das receitas em relação ao aumento relativo dos custos do serviço.

**Despesas com vendas, gerais e administrativas**

As despesas com vendas apresentaram redução de 8,8%, para R\$ 389,2 milhões, em decorrência principalmente, da redução das provisões de créditos de liquidação duvidosa e contingências.

**Resultado antes das receitas e despesas financeiras**

O resultado antes das receitas e despesas financeiras totalizou R\$ 222,8 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 149,2 milhões em 2013.

**Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)**

O resultado financeiro em 2014 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 258,6 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 252,5 milhões em 2013, com ligeiro aumento de 2,4%.

**Lucro Líquido**

O lucro líquido atingiu R\$ 104,8 milhões em 2014, frente ao prejuízo de R\$ 382,7 milhões registrados no ano anterior.

**ATIVO****Circulante**

Caixa e Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 681,6 milhões, contra R\$ 128,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, o que representa um aumento de 432,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo de caixa e aplicações era de R\$ 122,6 milhões.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica atingiu R\$ 440,3 milhões, o que representa um aumento de 6,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 566,5 milhões.

**ATIVO****Não Circulante**

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2014 esses ativos atingiram R\$ 878,9 milhões, o que representa um aumento de 19,2% em comparação com 31 de dezembro de 2013, de R\$ 737,1 milhões. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 566,5 milhões.

Com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Créditos tributários: Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica atingiu R\$ 151,8 milhões, o que representa um aumento de 551,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando totaliza R\$ 23,3 milhões. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 122,3 milhões.

**PASSIVO**  
**Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2014, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 75,4 milhões, o que representa uma redução de 81,0% em relação a 31 de dezembro de 2013, quando totaliza R\$ 397,6 milhões. Em 1 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 249,9 milhões. Essa redução deve-se às operações de alongamento de dívidas realizadas em 2014.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2014, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 46,7 milhões, o que representa uma redução de 75,7% em relação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$ 191,8 milhões. Em 1 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 290,3 milhões. A variação no saldo decorre basicamente da emissão de debêntures.

**PASSIVO**  
**Não Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2014, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 722,7 milhões, o que representa um aumento de 42,3% em relação a 31 de dezembro de 2013. Em 1 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 646,4 milhões. O aumento no saldo decorre de captação de recursos para fazer frente aos investimentos no setor elétrico.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2014, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 447,3 milhões, o que representa um aumento de 365,9% em relação a 31 de dezembro de 2013. A variação no saldo decorre basicamente da 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 450,0 milhões. Em 1 de janeiro de 2013, a Companhia não tinha debêntures no longo prazo.

**Patrimônio Líquido**

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2015, a conta Capital Social manteve-se no mesmo valor de 2014. Em 2014, essa rubrica atingiu R\$ 1.118,9 milhões, contra R\$ 710,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. O aumento decorre do aumento de capital por subscrição particular de ações.

**Presidente do Conselho de Administração**

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 - a) Resultados das operações da Companhia**

Em 2015, a Energisa Mato Grosso apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 5.240,6 milhões, ante R\$ 3.633,7 milhões registrados em 2014, um aumento de 44,2% (R\$ 1.606,9 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 20,5% (R\$ 503,6 milhões) no período, para R\$ 2.961,2 milhões. Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Acréscimo de 27.058 novos consumidores e crescimento de 3,1% (aumento de 0,3% no 4T15) das vendas de energia elétrica no mercado cativo (vide item 4.4 deste comentário de desempenho);
- Reconhecimento contábil de ativos e passivos financeiros setoriais (CVAs) no montante de R\$ 117,4 milhões (R\$ 2,8 milhões no 4T15) contra R\$ 26,7 milhões reconhecidos em 2014;
- Aumento do valor da quota CDE, cujo registro em 2015 foi de R\$ 523,8 milhões (R\$ 157,7 milhões no 4T15), contra R\$ 34,7 milhões em 2014.
- Aumento tarifário extraordinário de 26,8% a partir de 02/03/2015, com o objetivo de adequar a cobertura tarifária dos custos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e de compra de energia.

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 2.768,3 milhões em 2015 e R\$ 768,6 milhões no 4T15, crescimento de 23,9% (R\$ 533,5 milhões) e 36,3% (R\$ 204,5 milhões) respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2014. Desse total, as despesas controláveis cresceram abaixo da inflação no período, totalizando uma expansão de 5,6%, o que representou um incremento de R\$ 23,7 milhões (R\$ 7,9 milhões no 4T15). O total das despesas controláveis no exercício foi de R\$ 446,0 milhões (R\$ 124,7 milhões no 4T15).

Por outro lado, as despesas não controláveis tiveram um incremento considerável, de 45,4% em 2015 (aumento de 90,6% no 4T15), totalizando R\$ 2.118,2 milhões (R\$ 564,4 milhões no 4T15), decorrente principalmente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável no país.

Dentre os fatores que impactaram as despesas operacionais se destacam:

- Aumento de R\$ 661,2 milhões das despesas com compra de energia em 2015 (R\$ 268,3 milhões no 4T15), em virtude do aumento dos custos com aquisição de energia elétrica;
- Provisão constituída por descumprimento de indicadores de qualidade no montante de R\$ 58,6 milhões (R\$ 40,5 milhões no 4T15), registrada como outras despesas operacionais e contra obrigações vinculadas à concessão, o que resultará em futuros investimentos;
- Reversão de R\$ 56,5 milhões (R\$ 0,5 milhão no 4T15) de provisões para contingências e devedores duvidosos em 2015, devido ao cumprimento de acordos, condenações e decisões favoráveis em processos.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2015	2014	Variação R\$ milhões
1 Despesas controláveis	446,0	422,3	+ 23,7
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	155,0	153,0	+ 2,0
1.2 Material	44,8	38,7	+ 6,1
1.3 Serviços de terceiros	246,2	230,6	+ 15,6
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	2.118,2	1.457,0	+ 661,2
3 Depreciação e amortização	118,6	145,4	- 26,8
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	(51,4)	91,4	- 142,8
5 Outras despesas/receitas	136,9	118,7	+ 18,2
<b>Subtotal</b>	<b>2.768,3</b>	<b>2.234,8</b>	<b>+ 533,5</b>
6 Custo de construção <sup>(*)</sup>	522,2	180,3	+ 341,9
<b>Total</b>	<b>3.290,5</b>	<b>2.415,1</b>	<b>+ 875,4</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Em 2015, a Energisa Mato Grosso registrou lucro líquido de R\$ 45,2 milhões, ante os R\$ 104,8 milhões registrados em 2014. Ressalte-se que o lucro líquido registrado em 2014 está afetado positivamente por créditos tributários constituídos naquele exercício no montante de R\$ 136,4 milhões (R\$ 93,6 milhões no 4T14). No quarto trimestre de 2015 (4T15), o lucro líquido foi de R\$ 15,8 milhões, ante os R\$ 105,7 milhões registrados no mesmo trimestre do ano anterior.

A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 366,2 milhões em 2015, contra os R\$ 408,3 milhões apurados no ano anterior, redução de 10,3%, decorrente, em grande parte, do menor crescimento das receitas líquidas, vis-à-vis o aumento dos custos de energia comprada e a provisão constituída por descumprimento de indicadores de qualidade no montante de R\$ 58,6 milhões (R\$ 40,5 milhões no 4T15). No 4T15, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 81,7 milhões, retração de 36,7% em relação ao 4T14.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

<b>Composição da Geração de Caixa</b> <b>Valores em R\$ milhões</b>	<b>Exercício</b>		
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Var. %</b>
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>45,2</b>	<b>104,8</b>	<b>- 56,9</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(24,5)	140,6	-
(-) Resultado financeiro	(123,2)	(258,6)	- 52,4
(-) Depreciação e amortização	(118,6)	(145,4)	- 18,4
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>311,5</b>	<b>368,2</b>	<b>- 15,4</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	54,7	40,1	+ 36,4
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>366,2</b>	<b>408,3</b>	<b>- 10,3</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	10,5	15,5	- 5,0 p.p

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Não aplicável.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Não aplicável.

## **10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

### **10.3 - a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável.

### **b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável.

### **a) Eventos ou operações não usuais**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

10.4 - a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

**Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB**

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas não obrigatórias, mas que podem ser adotadas antecipadamente para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (2)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (1)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

### **10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia**

Não aplicável.



## **10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

### **10.6 - ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA**

#### **(A) ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELA COMPANHIA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO BALANÇO**

Não aplicável.

#### **(B) OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7 - EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6**

**(A) COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA**

Não aplicável.

**(B) NATUREZA E O PROPÓSITO DA OPERAÇÃO**

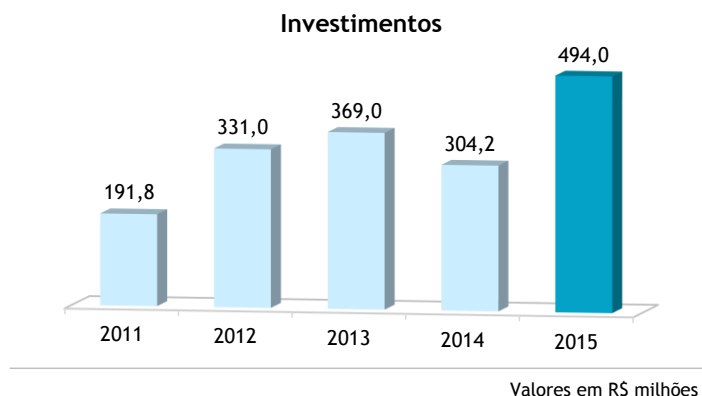
Não aplicável.

**(C) NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DA COMPANHIA EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8 - Principais elementos do plano de negócios da Companhia****a) Investimentos**

Mato Grosso é um estado de dimensões continentais. Qualquer ação, investimento, manutenção é um desafio. Mas vencer estes desafios focados em alto desempenho tem sido a meta diária. Para tanto, a Energisa Mato Grosso investiu ao longo dos últimos cinco anos R\$ 1.690,0 milhões, dos quais R\$ 494,0 milhões em 2015, o que representa um aumento de 62,4% em relação aos valores investidos no ano anterior. Os focos foram os ativos elétricos, não elétricos, Programa Luz para Todos, Programa de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).



Entre as realizações em 2015, destacam-se:

- i) automação e modernização de subestações e regionais;
- ii) manutenção em rede e alimentadores de média e baixa tensão;
- iii) obras de expansão e melhorias das redes de distribuição;
- iv) investimentos no combate ao furto de energia, com inspeções em todo o Estado;
- v) renovação e aumento de 72% da frota de veículos, com investimentos de R\$ 38 milhões;
- vi) internalização de equipes;
- vii) centralização do Centro de Operação Integrado nos processos de atendimento técnicos e comerciais;
- viii) ligação de 1.801 unidades consumidoras no programa Luz para Todos e 293 ligações no programa Universalização Rural;
- ix) reforma das principais agências de atendimento aos consumidores.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	2015	2014	Acréscimo
Subestações - nº	156	156	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	3.082	3.030	+ 52
Linhas de transmissão - km	5.755	5.751	+ 4
Redes de distribuição - km	118.060	114.616	+ 3.444
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	130.903	127.405	+ 3.498
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	2.702	2.206	+ 496

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Não aplicável.

**c) Novos produtos e serviços**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8**

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.